

O HABITUS NA CONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Anne Karolyne Sousa Macedo¹-UFPI.
Guiomar de Oliveira Passos²-UFPI.

Introdução

Este trabalho tem por base o referencial teórico da pesquisa “*As qualidades da qualidade no público e no privado: elementos empíricos nas representações sociais das escolas de Teresina*” que integra o Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Piauí (PIBIC/UFPI) e é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. Tem por objetivo compartilhar as reflexões dos conceitos e categorias que ajudarão no trabalho empírico que será realizado. Trata-se, portanto, de um exercício teórico, em que se sistematiza a apreensão e compreensão dos elementos que formam a teoria das representações sociais e do *habitus*, seja nos termos dos seus formuladores, respectivamente, Serge Moscovici e Pierre Bourdieu, seja através daqueles que as partilham e as enriquecem.

O objeto de pesquisa se constitui na identificação da objetividade da prática subjetiva, verificando se as representações sociais de qualidade de pais de estudantes do ensino fundamental e médio de Teresina (PI) e Natal (RN) têm base empírica ou constituem “alegorias que simulam a estrutura real de relações” (MICELI, 1992, p. XIV). Em estudo anterior sobre as representações sociais de qualidade, partilhadas por pais de estudantes do ensino fundamental e médio, constatou-se que, “para os entrevistados, ensino e escola de qualidade estão relacionados à classe social dos alunos, à instituição mantenedora, à experiência ou tradição, à estrutura física e à remuneração e qualificação do professor” (SALES; PASSOS, 2005, s.p).

No julgamento desses sujeitos, constado em pesquisa anterior (SALES; PASSOS, 2005), as escolas privadas preenchem todos os requisitos para ter um ensino de qualidade e, conseqüentemente, serem julgadas como escolas de qualidade, pois possuíam: clientela seleta; larga experiência; prédios grandes e belos; salas confortáveis; espaços para atividades extra-salas e professores com formação superior e altos salários.

As escolas públicas, pelo contrário eram tidas como “‘escolas de pobre’ e, como tais, de ensino sem qualidade”, ainda que seus prédios fossem grandes, por vezes belos e com amplas salas de aula, quadras esportivas e espaços destinados a atividades recreativas e pedagógicas (SALES; PASSOS, 2005, s.p.).

Essas associações entre ensino de qualidade e escola particular, e ensino sem qualidade e escola pública instigam a investigar sobre a origem das representações sociais. Como elas surgem? Têm elas base empírica ou simulam a estrutura real de relações? Estes questionamentos traçam a linha de raciocínio deste trabalho. Busca-se identificar o princípio gerador e produtor das representações sociais, estabelecendo conexão entre a teoria das representações sociais de Serge Moscovici e o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu.

Essa é uma perspectiva de análise que encontra em Pierre Bourdieu seu principal inspirador quando, por um lado, estabelece o *habitus* como princípio produtor e gerador das representações e, por outro, identifica que as representações têm força “na auto-organização objetivo-subjetiva dos agentes no âmbito da ação prática”, por expressarem “a compreensão dos sujeitos a partir da observação real”, ainda que construídas com as informações cognitivas já estabelecidas (*apud* SILVA, 2005, p. 156).

Também essa não é uma perspectiva totalmente estranha ao pensamento de Moscovici, já que esse “preocupou-se em compreender como o tripé grupos/atos/idéias constitui e transforma a sociedade” (OLIVEIRA, 2004, p. 181). O interesse dele, diz ainda Oliveira, tendo por base declarações de Moscovici publicadas por Gerard Duveen, é o “‘poder das idéias’” de senso comum, isto é, no “estudo de como, e por que as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam idéias em práticas [...]”

O interesse que move este trabalho é instrumental. Deseja-se compreender os elementos teóricos que fundamentam a pesquisa e, principalmente, sistematiza-los de modo que constituam um programa de percepção e de ação do trabalho empírico. Trata-se, portanto, de um estudo que oferece um quadro de referência, constituindo-se uma lente de leitura pela qual se pode perceber a realidade em sua totalidade. Para tanto, adotou-se como procedimento técnico-metodológico a pesquisa bibliográfica, valendo-se de textos que tratam da teoria das representações sociais e do *habitus*.

O texto está dividido em três momentos: o primeiro resgata o processo de gênese das representações sociais; o segundo trata do *habitus* como fonte geradora das representações sociais; por último fecha-se o raciocínio com as apreciações sobre a

fecundidade da articulação da teoria das representações sociais de Serge Moscovici com a teoria do *habitus* de Pierre Bourdieu.

1. Representações sociais: como fenômeno e como teoria

O fenômeno das representações sociais constitui uma forma de pensamento social que abrange informações, experiências, conhecimentos e modelos que circulam na sociedade e que são recebidos e transmitidos pelas tradições, pela educação e pela comunicação social, o que o torna presente em todas as áreas da vida humana, não se restringindo aos acontecimentos culturais ou políticos. Esse é, portanto, um fenômeno complexo, pois envolve uma multiplicidade de setores, de práticas sociais, de atividades e de objetos da vida humana.

As representações sociais indicam a existência de um pensamento social que resultou das experiências, das crenças e das trocas de informações ocorridas na vida cotidiana dos seres humanos. Em outras palavras, são construções mentais que surgem de uma necessidade e ajudam a orientar a conduta no dia-a-dia, sendo verdadeiras “teorias do senso comum” (JODELET, 2001, p. 22).

Essas ‘teorias’, explica a autora, constituem meios através dos quais se partilha esse mundo com outros, servindo de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. São elas que permitem aos indivíduos “tornar o estranho familiar e o invisível perceptível” (FARR, *apud* NÓBREGA, 2003, p.64) por meio de aproximações da realidade.

Mas o que são representações sociais? Para Moscovici (*apud* NÓBREGA, 2003, p.63) são “sistemas de valores, de noções e de práticas” que, ao mesmo tempo, “instauram uma ordem”, através da qual os indivíduos se orientam e dominam o meio social e material, e asseguram “a comunicação entres os membros de uma comunidade”, propondo-lhes um código para suas trocas e para nomear e classificar, de maneira unívoca, as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva. Em síntese, são “uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, *apud* SILVA, 1998, p.15).

Jodelet (*apud* SILVA, 1998, p.15), define como “uma forma de conhecimento específico, o saber de sentido comum [...] em sentido mais amplo, designa uma forma de pensamento social” pois, “as representações sociais constituem modalidades de

pensamentos práticos orientados para a comunicação, a compreensão e o domínio do meio social, material e ideal".

O estudo das representações sociais, segundo Jodelet (2001), deve ser articulado a elementos afetivos, mentais e sociais, e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, as relações sociais que as afetam e a realidade material, social e das idéias sobre a qual elas vão intervir.

Nesse estudo, ainda conforme Jodelet (2001, p.28), deve-se formular três questões básicas: "Quem sabe e de onde sabe?", "O que e como se sabe?" e "Sobre o que se sabe e com que efeitos?" Na interpretação de Spink (1995, p. 89), essas três questões remetem para três programas de pesquisa:

1º: Compreender o impacto das correntes de pensamento nas representações sociais dos grupos ou indivíduos;

2º: Entender os processos constitutivos das representações sociais e sua eficácia para o funcionamento social, o que significa procurar entender, por um lado, seu papel na orientação dos comportamentos e na comunicação e, por outro, considera-la como sistema de recepção (input) de novas informações.

3º: Identificar o papel das representações sociais nas mudanças sociais, particularmente, em termos da constituição de um pensamento social compartilhado.

Desse modo, pode-se abarcar os elementos e relações presentes em uma dada representação, dando conta da complexidade que envolve os termos do processo, isto é, a coisa representada, o sujeito que representa e o que essa produz. O desenvolvimento desse conjunto complexo de elementos requer que sejam "destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objeto representado de modo a poder depreender os múltiplos processos que concorrem para sua elaboração e consolidação como sistema de pensamento que sustentam as práticas sociais" (JODELET *apud* SPINK, 1995, p.88).

As representações sociais de um objeto social passam por um processo de "formação", entendido como encadeamento de fenômenos interativos fruto dos processos sociais no cotidiano do mundo moderno. Esse processo ocorre de forma dinâmica em que grupos e indivíduos participam, produzindo e construindo significados e, por conseguinte, sendo membros participantes da sociedade pensante. Isso faz de indivíduos e grupos elaboradores do pensamento social no qual são levados, constantemente, a (re)avaliarem seus problemas e soluções.

Essa formação tem por base dois processos interligados e profundamente articulados: a ancoragem e a objetivação. O primeiro é a fase simbólica da

representação, quando se torna o estranho familiar, através dos esquemas de referência que se dispõe. Na explicação de Valla (*apud* SILVA, 1998, p.18), quando “um sujeito pensa um objeto, o seu universo mental não é, por definição, uma tábua rasa, pelo contrário, é por referência a experiências e esquemas de pensamentos já estabelecidos que o objeto em questão vai ser pensado”. É isso, complementa Silva (1998, p. 18) que permite novas experiências.

A objetivação, por seu turno, é a fase figurativa, quer dizer, é quando se materializa o abstrato, construindo um novo conceito a partir dos registros individuais ou das experiências de cada sujeito.

Tanto num processo como no outro o que se evidencia é de que a formação das representações sociais é operacionalizada dinamicamente com as informações cognitivas já estabelecidas. A exterioridade dessas, portanto, passa por refinamentos de significação e sua configuração estética mostra que algo não pode ser percebido sem que a atenção esteja disciplinada e intencionalmente voltada para a estruturação do ato ou comportamento. Em síntese, é um ato da consciência e, como tal, constituído de intencionalidade.

As representações sociais, portanto, evidenciam-se por meio de ações, atitudes, raciocínios, conjuntamente dispostos, mas têm por base processos mentais, cognitivos, vale dizer, possui exterioridade e interioridade, ou ainda, uma estrutura que produz novas estruturas o que remete ao *habitus*.

2. *Habitus*, segundo Bourdieu

Habitus é uma palavra latina presente na tradição escolástica e expressa “a noção grega de *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características do corpo e da alma adquiridas em um processo de aprendizagem” (SETTON, 2002, p. 61). Em sua definição consistia numa “disposição para estar bem ou mal disposto em relação a alguma coisa”. Nas ciências humanas, tem sido presença constante, ainda que as lógicas conceituais que dele têm se ocupado, dentre outros — Émile Durkheim (1983), Edwin Ponofsky (1991) — ou se ocupam — Nobert Elias (1997), Bourdieu (1992, 1994) — tenham sido diferentes.

A lógica conceitual construída por Bourdieu parte, segundo Setton (2002, p. 61-62) de “ótica original”, cujo ponto de partida é Panofsky, mas, ultrapassando-o, deixa a concepção do “hábito como *modus operandi*, ou seja, como disposição [aprendida] para

se operar numa determinada direção” (ORTIZ, 1994, p. 14). Em sua formulação, o *habitus* é um princípio mediador entre indivíduo e sociedade, ou nos termos de Ortiz (1994, p. 14) “a mediação encontrada”, na medida em que, ao mesmo tempo, conforma e orienta a ação, é produto de relações sociais e tende a assegurar que essas relações se reproduzam. Nessa concepção, *habitus* é definido como:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘regulamentada’ e ‘reguladas’ sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio exposto das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1994, p.61).

Aqui se evidenciam dois aspectos do *habitus*: sua condição de produto e de produtor. Como produto ou estrutura estruturada, estabelece a conexão entre exterioridade e interioridade, ou seja, entre as estruturas de um tipo particular de meio e o mundo subjetivo das individualidades. Como produtor ou estrutura estruturante, faz a ligação entre interioridade e exterioridade, sendo princípio gerador de práticas e de representações.

Desse modo, não apenas concilia interioridade e exterioridade e, principalmente, no que interessa à pesquisa, expressa o diálogo, a troca constante e recíproca entre mundo objetivo e mundo subjetivo, mas também se constitui uma matriz de percepção e de ação capaz de criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas para lidar com a conjuntura cotidiana, podendo ser traduzido como estilo de vida. O *habitus*, explica Bourdieu (1994, p. 65), “torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permite resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzida por esses resultados”.

Essa matriz ou sistema de disposições tem como produtor as condições materiais de vida, característica de uma determinada condição social, sendo, nestes termos, expressão de uma biografia, de uma trajetória de vida. Vale dizer, não é um destino dado de uma vez por todas, um vaticínio, mas dependente das posições presentes e passadas dos indivíduos no espaço social, particularmente, naquelas partes regidas por leis próprias, na quais se trava uma luta concorrencial entre atores, hierarquicamente situados, os campos sociais.

Os campos sociais são universos relativamente autônomos que se formam no espaço social em torno de grandezas específicas ou capital social na designação de Bourdieu, que são disputadas por aqueles que os compõem. A cada um desses universos corresponde um tipo de capital social: no econômico, é a propriedade privada dos meios de produção, bens financeiros e patrimônio; no campo das relações sociais é o “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1998, p. 67); no campo cultural, os títulos escolares, conhecimentos, códigos culturais, características lingüísticas, bons modos, as práticas, bens e propriedades culturais — livros, obras de arte, esculturas, partituras, dentre outros; no campo político, votos, cargos, poder de nomeação.

Esses capitais são apropriados de forma diferenciada no espaço e têm pesos distintos entre si, isto é, alguns são mais valorizados do que outros, consistindo fatores de distinção e, por conseguinte, definindo o princípio sob o qual assenta-se a hierarquia do espaço social. Assim, aqueles que possuem maior volume do(s) capital(is) definidor (es) da hierarquia do campo, ocupam posições dominantes enquanto aqueles que possuem menor volume ocupam posições dominadas, a cada posição corresponde também um *habitus*. Em cada campo, os capitais específicos são recursos tão úteis quanto o capital econômico na determinação e na reprodução das posições sociais.

Bourdieu formula, assim, um sistema teórico segundo o qual o *habitus* produz representações e é produto de condições objetivas. Desse modo, ele estabelece uma ponte, ou uma mediação, entre condições materiais de vida e as representações sociais.

Conclusão

A articulação da teoria das representações de Serge Moscovici e de *habitus* de Pierre Bourdieu permite perceber como essas duas categorias, forjadas, em contextos epistemológicos, de certo modo diferenciados, revelam-se úteis na leitura da realidade social. Em particular, no que se refere à objetividade da prática subjetiva que constitui o aspecto basilar do objeto da pesquisa.

Percebe-se que a objetividade de uma representação de um dado objeto deve ser buscada não apenas nos processos de formação destas e nos elementos que essas envolvem, mas também nas condições materiais de vida dos sujeitos que as expressam,

posto que são produtos de um certo *habitus* e esse, como estrutura que também é estruturada é produto de um tipo particular de meio.

Assim, o estudo dos elementos teóricos subjacentes ao objeto de pesquisa e, principalmente, as articulações entre os programas de percepção e de ação de Serge Moscovici e Pierre Bourdieu possibilitou que os conceitos e categorias de análise que nortearão o trabalho empírico e, principalmente, o processo de decifração e tradução destes fossem sistematizados. Além disso, favoreceu a compreensão do *habitus* característico do campo acadêmico.

Não obstante, esse é apenas um início de uma reflexão e de uma prática que dá seus primeiros passos, tendo ainda muito a percorrer e, principalmente, a aprender e apreender. Que seja uma caminhada com boas companhias e felizes pontos de chegada.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Estrutura, *Habitus* e Prática. In: **A economia das trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 337-361.

_____. Esboço da teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu/Sociologia**. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). Trad. Denise Bárbara Catani e Afrânio Mendes Catani. **Escritos de Educação**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.65-69.

DURKHEIM, Emile. **Lições de Sociologia – a Moral, o Direito e o Estado**. Trad. J. B. Damasco Penna. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed.; EDUSP, 1983. (Col. Biblioteca Básica de Ciências Sociais – Série 2 – Vol 5).

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2001, p.17-44.

MICELI, Sergio. Introdução: A Força do Sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia da trocas simbólicas**. Trad. Sérgio Miceli. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. VII – LXI.

NOBREGA, Sheva Maria. Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, Antônia Silva; Jesuíno, Jorge Correia (Orgs.). **Representações sociais: teoria da prática**. 2.ed.. João Pessoa: UFPB, 2003, p.51-80.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.180-186, jun., 2004.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu/ Sociologia**. Trad. Paula Monteiro. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, p.14-25. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PANOFSKI, **Arquitetura Gótica e Escolástica**. Trad. Wolf Hörnke. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SALES, Luís Carlos; PASSOS, Guiomar de Oliveira. **As aparências não enganam: as representações sociais de qualidade suscitadas pelos prédios escolares**. Teresina, 2005 (mimeo).

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [on line], 2002, n.20 [citado 20 de janeiro 2006], p. 60-70. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe20/anped-20-04.pdf>.

SILVA, Sergio. As representações sociais e o campo simbólico da política: um estudo da política e da identidade na vida cotidiana. **Revista Estudos de sociologia – UFPE**, Recife, v.4, n.1, p.14-27, jan.-jun.,1998.

SPINK, M. Jane. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. Jane (Org.). **O Conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo. Brasiliense, 1995, p.85-108.

Notas:

¹ Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, bolsista – PIBIC/UFPI na pesquisa “As qualidades da qualidade no público e no privado: elementos empíricos nas representações sociais das escolas de Teresina”.

² Professora Doutora do Mestrado em Políticas Públicas da UFPI.